

A ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL NO MERCADO DE ORGÂNICOS: UM ESTUDO DE CASO

Luiz Gustavo Ennes Pizzaia¹

Larissa Sapiensa Galvão Leal²

José Maria Gusman Ferraz³

Oriovaldo Queda⁴

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo geral analisar como se dão os processos de produção das Organizações de Controle Social (OCSs) cadastradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, e as etapas da regulamentação para comercialização na venda direta de produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar. Também serão avaliados aspectos quantitativos da produção das Organizações de Controle Social (OCSs) consolidadas nos assentamentos de reforma agrária, na região de Araraquara-SP, destacando o assentamento Bela Vista do Chibarro e o Monte Alegre. Ainda que a produção orgânica apresente uma tendência crescente, é escassa a produção científica que faça uma caracterização dos produtores que adotaram esse sistema produtivo, analisando a dinâmica de consolidação destas organizações, fluxo de agricultores e sua interação na relação dos assentamentos com o desenvolvimento local. Daí a relevância do projeto em mapear e analisar essa produção, com a finalidade de conhecer os principais entraves e apontar possíveis indicadores de fortalecimento das organizações de famílias assentadas, bem como as práticas agrícolas e as relações que permeiam os canais de comercialização. O universo amostral será composto pelas famílias participantes do processo de cadastro e suas unidades produtivas. Os dados serão analisados quantitativamente de forma descritiva e comparativa. Através das complexas interfaces entre a Agroecologia, Sociologia e Economia esperamos encontrar desdobramentos na constituição de alternativas produtivas e de comercialização em um território dominado pelo agronegócio.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Metodologia participativa, Desenvolvimento rural, certificação participativa, agricultura orgânica.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura representa um grande potencial econômico, setor que se desenvolve na disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar (MARQUES et al., 2011). Com a modernização, as relações de trabalho e o uso da terra foram alterados, dificultando a produção de caráter familiar, favorecendo o êxodo rural e o abandono da capacidade produtiva dos agroecossistemas naturais. (GRAZIANO NETO, 1985).

Dada essa realidade, há extrema necessidade de valorizar e fortalecer o acesso a mercados diferenciado aos agricultores que permaneceram no campo fazendo uso de práticas agrícolas tradicionais, proporcionando a sustentabilidade e desenvolvimento rural, além da produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos

¹ Engenheiro Agrônomo MBA em Gestão Ambiental – UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA

² Zootecnista – UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA

³ Prof. Dr. PPG Desenvolvimento territorial e meio ambiente – UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA

⁴ Prof. Dr. PPG Desenvolvimento territorial e meio ambiente – UNIERSIDADE DE ARARAQUARA

As práticas agrícolas de base ecológicas, contrapondo o uso excessivo de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, tiveram início em meados de 1920, disseminadas pelas escolas de agricultura ecológica pelo mundo inteiro. Na Alemanha, em 1924 o filósofo Rudolf Steiner destacava a presença de bovinos como um dos elementos centrais para o equilíbrio do sistema. A escola biodinâmica foi a primeira a estabelecer um sistema de produção e pesquisa no Brasil, com posterior desenvolvimento da certificação para seus produtos, pioneiramente em Botucatu, na fazenda Estância Demétria.

Na década de 40, o agrônomo inglês Sir Albert Howard com o movimento da agricultura orgânica realizou na Índia estudos sobre o papel dos microrganismos no solo. No Japão surgiu a Agricultura Natural focada na utilização de EM (Microrganismos eficientes). E na França, o movimento da agricultura biológica buscou melhorarias no equilíbrio com o meio ambiente e na qualidade dos produtos colhidos. (KHATOUNIAN, 2001).

Entre as décadas de 70 e 80, após a crise do petróleo, principalmente nos EUA, com os movimentos de contracultura e a conscientização da gravidade dos problemas ambientais, houve o fortalecimento da Agricultura Alternativa. A partir de 1990, na América Latina surgiu o movimento que se denominaria de Agroecologia, procurando atender simultaneamente às necessidades de preservação ambiental e de promoção sócio-econômica dos pequenos agricultores, destacando-se nesse movimento os Professores Adilson Paschoal, Manuel Baltasar, ambos da Esalq/Piracicaba, o chileno Miguel Altieri e a austríaca Ana Maria Primavesi. Nesse mesmo período, desenvolve-se na Austrália o movimento da Permacultura, aplicando a ideia da criação de agroecossistemas sustentáveis através da simulação dos ecossistemas naturais, esse movimento prioriza as culturas perenes como elemento central da sua proposta.

A Organização das Nações Unidas convencida que o modelo de agricultura convencional se tornou a maior fonte de poluição difusa pelo planeta criou o conceito de agricultura sustentável, como tentativa de conciliar as expectativas sociais de alimento e meio ambiente com os interesses das corporações.

Com o desenvolvimento dos movimentos e do mercado para seus produtos, em 1972 foi criada a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), a qual implantou um sistema de certificação visando garantir a qualidade dos produtos orgânicos para os seus consumidores e passou a estabelecer padrões internacionais para esse tipo de agricultura (IFOAM, 2016). Tais normas, além de proibirem os agrotóxicos, restringem a utilização dos adubos químicos e incluem ações de conservação dos recursos naturais. Ainda considera aspectos éticos nas relações sociais internas da propriedade e no trato com os animais.

A partir da criação da IFOAM as diversas escolas de agricultura ecológica foram coletivamente chamadas de agricultura orgânica, e sua definição ficou claramente expressa em normas. Por outro lado, o crescimento do mercado orgânico e a necessidade de proteção do consumidor levaram muitos países a criar legislações específicas.

A regulamentação de produção orgânica no Brasil passou por uma longa história com a sociedade tentando respeitar os interesses dos diferentes setores relacionados ao assunto. Sempre presente, havia o interesse econômico das empresas certificadoras e dos grandes produtores que almejavam acessar as grandes redes varejistas e o mercado internacional. Por outro lado, haviam as organizações de agricultores familiares, que tentavam garantir o direito de vender a sua produção orgânica, de maneira direta e nos mercados institucionais sem a necessidade de pagar os altos custos da certificação. Esse processo de discussão foi marcado também pela forte atuação do movimento agroecológico; em consequência, a legislação brasileira de orgânicos teve a sua formulação influenciada por vários princípios da agroecologia (Abreu et al., 2012). A Lei

nº 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica no Brasil, foi instituída em 2003. O conceito de sistema orgânico de produção adotado nessa lei é bastante amplo, abrangendo diferentes tipos de sistemas alternativos – ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros –, desde que atendam aos princípios gerais estabelecidos em seu art. 1º (BRASIL, 2003).

Todo produtor que almeja a comercialização da produção como orgânico deve fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, o que é possível por três mecanismos: Certificação por Auditoria, Sistemas Participativos de Garantia e Controle Social na Venda Direta. Os quais possuem o objetivo comum de classificar e padronizar as atividades agrícolas utilizadas na produção orgânica (PINHEIRO, 2012).

A certificação por auditoria é realizada por uma instituição pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que obedece aos procedimentos e critérios internacionalmente aceitos, além dos requisitos estabelecidos pela legislação brasileira. Estas atuam comercialmente na prestação de serviços de certificação a produtores individuais e grupos, têm por obrigação avaliar e garantir a conformidade da produção orgânica sob sua responsabilidade. Devem estar regularmente constituídas para esta atividade e possuir mecanismos de resolução de conflitos, atendimento a denúncias e aplicação de sanções administrativas. Devem manter os clientes atualizados quanto às normas vigentes e realizar visitas programadas e sem aviso prévio às unidades, ao menos uma vez ao ano. Por obrigação a certificadora deve possuir um quadro profissional habilitado e registrado em seus conselhos profissionais (inspetores e auditores) que realizarão, respectivamente, visitas de inspeção às propriedades e análises de aceitação da certificação. Desta forma, os produtores não participam dos processos decisórios sobre certificação.

Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) são caracterizados pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para ter existência legal, um SPG deve possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) cadastrado no MAPA, que responderá pela emissão do selo.

A Organização de Controle Social (OCS) é uma das maneiras de garantir a qualidade orgânica, disponível aos pequenos produtores organizados em grupo, associação ou cooperativa, com ou sem personalidade jurídica, que cumpram os regulamentos técnicos da produção orgânica, possuam a declaração de registro junto ao MAPA e realizam a comercialização de forma direta ao consumidor, como por exemplo, à merenda escolar (através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) ou à CONAB (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA). (MAPA, 2008).

Esse mecanismo de garantia de qualidade foi criado a partir do Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Desde então, inúmeras organizações conseguiram se cadastrar e comercializar sua produção como orgânica. De acordo com o Ministério da Agricultura (MAPA, 2017), no Estado de São Paulo existem 82 organizações, com 862 produtores cadastrados. Comparado com dezembro de 2014, quando existiam 47 organizações, esse valor teve o incremento de 74,46%. Essa flexibilização garantiu o acesso dos produtores menos capitalizados ao mercado de orgânicos, permitindo a sua inclusão produtiva.

Para que a OCS possua cadastro no MAPA é necessário estabelecer um plano de manejo orgânico para cada unidade produtiva, preencher formulários com os dados e solicitações, criar um processo descritivo sobre a produção e comercialização que garanta a rastreabilidade e, por fim, todos integrantes assinam um termo de compromisso com o cumprimento das regulamentações técnicas. Assim que o grupo obtém o cadastro e recebe

a declaração, que deve ficar disponível no momento da venda direta ou apresentada durante a elaboração dos projetos para vendas institucionais. A fiscalização ocorre a partir da interação dos produtores, consumidores e técnicos, e é pautada na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecidos pela sociedade.



Figura 1. Fluxograma da consolidação das Organizações de Controle Social.

Para os pequenos agricultores familiares, adequar-se às normativas e regulamentos legais seguidos pelas certificadoras, pode ser considerado uma barreira no caminho para a certificação, pois implica em custo elevado, que vai depender de vários fatores como a taxa de inscrição, tamanho da área que vai ser certificada, elaboração de relatórios, análises laboratoriais do solo e da água, visitas de inspeção e acompanhamento para emissão do certificado (OLIVEIRA, 2006). Já na OCS, além de não apresentar custos altos no seu desenvolvimento, a discussão em relação ao cumprimento das normas e procedimentos ocorre de maneira aberta, incentivando a troca de conhecimento e aprendizagem mútua. Assim os produtores tendem a ganhar cada vez mais autonomia (MUÑOZ et al., 2016).

O desenvolvimento das OCSs tem sido muito importante no momento de fazer a comercialização da produção, embora não tenham selo orgânico, podem fazer a venda direta de seus produtos, sendo que os produtos orgânicos atingem em média valores 30% a 40% superiores aos convencionais (CAMPANHOLA E VALARINI, 2011). Além disso, trata-se da construção de um mercado diferenciado. O Controle Social pode ser uma fase preparatória para a certificação através do Sistema Participativo de Garantia (SPG), que permite o uso do selo de produção orgânica.

A legislação que aprova a comercialização e a produção da agricultura familiar em bases agroecológicas entendia que a distância entre o produtor e o consumidor de orgânicos era considerável, mas atualmente essa relação vem se estreitando (MARTÍNEZ, 2013). Pois o consumidor moderno cada vez mais se preocupa com a origem, qualidade e preservação ambiental (FREITAS et al., 2016).

Devido ao crescente mercado de orgânicos e a padronização dos procedimentos, alguns efeitos indesejáveis surgiram em diversas partes do mundo, distorcendo os princípios básicos do movimento de agricultura de base agroecológica. Estudos realizados por Darnhofer et al. (2010) apontam uma tendência chamada de

“convencionalização” da agricultura orgânica, onde o foco são os produtos e não os processos, reduzindo a prática a uma simples substituição de insumos químicos por orgânicos.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi instituída em 2012, por meio do Decreto no 7.794, com o principal objetivo de integrar e articular as diversas ações que visam a transição agroecológica, a produção orgânica e de base agroecológica (BRASIL, 2012). Assim, contribui para a produção sustentável de alimentos saudáveis, para o desenvolvimento rural com a conservação dos recursos naturais e a valorização do conhecimento dos povos tradicionais.

A agroecologia teve início como uma ciência considerando conceitos e princípios ecológicos para o estudo e manejo dos sistemas agrícolas, gerando uma base científica para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável (GLIESSMAN, 1990; EMBRAPA, 2006). Embora os primeiros estudos nessa área tenham surgido ainda no início do século XX, foi a partir da década de 1980 que a sua base conceitual e metodológica começou a ser mais difundida, (MOREIRA et al., 2004). E a partir do ano 2000, com a influência da escola européia, a agroecologia passou a enfatizar também uma visão mais sociológica dos agroecossistemas, abrangendo novas dimensões para além da ecológica e técnico-agronômica, como a socioeconômica, cultural e sociopolítica (CASADO et al., 2000). Baseada na valorização da diversidade cultural e biológica, a prática agroecológica busca conservar e resgatar as variedades crioulas e o conhecimento tradicional das populações locais (EMBRAPA, 2006). Portanto, diferentemente da forma de difusão empregada na agricultura convencional, promovida por meio de “pacotes tecnológicos”, o conhecimento agroecológico se expande por meio da socialização e da troca de saberes entre as comunidades, e se estabelece de forma participativa (CAPORAL et al., 2004).

A transição agroecológica consiste em um processo de mudança e adequação gradual das práticas agrícolas, na busca por um sistema mais sustentável, e não considera a padronização das técnicas como a solução (COSTABEBER et al., 2000). A soberania alimentar está fundamentada nos princípios agroecológicos, que reconhece o direito dos povos e comunidades em decidirem suas estratégias de produção e quais serão os alimentos consumidos (MALUF et al., 2013).

Assis et al. (2002), discutem que apesar da origem sobreposta da agroecologia e da agricultura orgânica, estas não devem ser vistas como sinônimos, na medida em que a agroecologia é uma ciência e movimento social, com limites teóricos bem definidos, que procura inter-relacionar o saber de diferentes áreas do conhecimento. Já a agricultura orgânica é uma prática agrícola que tem por princípio estabelecer sistemas de produção baseados em conjunto de procedimentos, que envolvem a planta, o solo e as condições climáticas, de forma a produzir um alimento sadio, livre de contaminantes químicos e agrotóxicos.

A área de produção orgânica tem crescido no mundo. Ela foi estimada em 43,7 milhões de hectares no final de 2014, e aumentou para 50,9 milhões de hectares em 2015, contando com cerca de 2,4 milhões de produtores (FIBL et al., 2017). Ainda que a produção orgânica apresente uma tendência crescente, é escassa a produção científica que faça uma caracterização dos produtores que adotaram esse sistema produtivo, e os processos de produção e de manejo dos recursos naturais que suportam a produção, por isso a relevância do projeto em quantificar essa produção proveniente da Agricultura familiar e conhecer os principais entraves com o objetivo de apontar indicadores que facilitem as relações comerciais e aprimoramento das técnicas produtivas.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

O projeto tem como objetivo geral analisar como se dão os processos de produção das OCSs diante da problemática agrícola contemporânea, na região de Araraquara-SP.

2.2 Objetivos específicos

- Analisar os mecanismos de cadastro no MAPA;
- Elaborar um mapeamento dos agrossistemas das OCSs que visam a redução da dependência de insumos externos;
- Analisar as causas dos fluxos de integrantes das OCSs e a relação com associações e cooperativas;
- Analisar o sistema de comercialização dos produtos oriundos das OCSs.
- Avaliar a mudança comportamental ambiental dos participantes da OCSs

3 METODOLOGIA

A metodologia consiste em um estudo de caso das OCSs consolidadas nos assentamentos de Araraquara-SP: Grupo Orgânico do Assentamento Fortaleza, Grupo Familiar Orgânico Chico Bento, Orgânicos Bela Vista e Orgânicos Monte Alegre. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas (Anexo 1) com os responsáveis legal das organizações que participam das feiras locais e atendem os mercados institucionais com a declaração de produtor orgânico. As unidades produtivas de todos que serão entrevistados estão devidamente cadastradas no MAPA e regularizadas na comercialização direta da produção orgânica.

Araraquara é um município do estado de São Paulo, localiza-se a 21°47'40" de latitude sul e 48°10'32" de longitude oeste, a uma altitude de 660 metros. Possui clima Tropical de Altitude, temperatura média de 26,33°C, pluviometria mínima de 24,3mm e máxima de 245,4mm. O solo é composto por diversos tipos como os Podzolicos de origem de rochas sedimentares; o Latossol Vermelho e Roxo de origem do imemperismo das rochas magmáticas. A vegetação natural é de Floresta Latifoliada Tropical com porções de Cerrado lato sensu (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Araraquara>).

Os principais dados a serem abordados na entrevista darão ênfase ao modelo de produção, produtos e volumes produzidos e as principais dificuldades enfrentadas na produção e comercialização. Registros fotográficos e diários de campo serão realizados nas visitas de reconhecimentos dos agroecossistemas e de seus sistemas produtivos, bem como nos locais de comercialização da produção.

Com os dados coletados serão construídos mapas e fluxogramas, para melhor entendimento dos fatores que interferem no sistema de produção e certificação.

Grupo Orgânico do Assentamento Fortaleza

O Grupo Orgânico do Assentamento Fortaleza está localizado no município de Bocaina, é formado por 23 agricultores distribuídos em 18 lotes, além de técnicos e representantes das entidades que recebem a produção. Tal grupo é formado por beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária que residem no Projeto de Assentamento Fortaleza, criado em 13 de março de 2006, cada unidade de produção possui em média 5,7 hectares, com produção parcial do lote no modelo orgânico. As famílias que participam da OCS, além do objetivo comum de tornar o lote inteiro

orgânico, participaram por três anos consecutivos do (PAA) e uma unidade participou um ano do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (NEEA, 2017)



Figura 2. Assentamento Fortaleza no município de Bocaina-SP.

Grupo Orgânico Familiar Chico Bento

A Organização de Controle Social Chico Bento foi consolidada em maio de 2015 no Assentamento Bela Vista do Chibarro, localizado no município de Araraquara, é formada por 6 agricultores distribuídos em 3 lotes, além de técnicos e representantes das entidades que recebem a produção, proveniente principalmente das atividades coletivas exercidas no lote 161, que devido ao acesso à água concentra toda a produção de hortaliças e legumes. Cada agricultor cultiva no seu lote parcela de frutas e raízes, que somam na diversificação do coletivo.

O grupo é formado por beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, que residem no Projeto de Assentamento Bela Vista do Chibarro, criado em 24 de julho de 1990. Atualmente o grupo é composto por dois tamanhos de lotes, lote inteiro com 16 hectares em média, e lotes desmembrados em A e B, com 8 hectares cada parcela. As unidades estão parcialmente no modelo de produção orgânica, pois apresentam produção de grãos de maneira convencional. (NEEA, 2017)



Figura 3. Assentamento Bela Vista do Chibarro no município de Araraquara-SP.

Orgânicos Bela Vista

A OCS denominada Orgânicos Bela Vista, foi consolidada em outubro de 2016, está localizada no município de Araraquara, é formada por 18 agricultores, sendo 11 titulares e 7 familiares distribuídos em 6 parcelas, além de técnicos, consumidores e representantes das entidades que recebem a produção e auxiliam na comercialização com a organização de feiras.

O grupo é formado por beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agraria e residem no Assentamento Bela Vista do Chibarro, exceto o produtor de cogumelos. As unidades estão parcialmente no modelo de produção orgânica. As famílias que compõem a OCS, além do objetivo comum de expandir a produção orgânica no lote, participam da Feira de Alimentos Saudáveis: da Roça pra mesa, promovida em parceria entre a Universidade de Araraquara (Uniará) e os produtores, das vendas institucionais com Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (NEEA, 2017)

Orgânicos Monte Alegre

A Organização de Controle Social denominada Orgânicos Monte Alegre foi consolidada em abril de 2017, é formada por 12 agricultores, sendo 7 titulares e 5 familiares distribuídos em 7 parcelas, além de técnicos e consumidores.

O Projeto de Assentamento Monte Alegre se estende por três municípios, Araraquara, Matão e Motuca. É dividido em núcleos de I a VI, onde os lotes possuem 14 hectares em média. As unidades estão parcialmente no modelo de produção orgânica, pois apresentam produção de grãos de maneira convencional. (NEEA, 2017)



Figura 4. Assentamento Monte Alegre.

As famílias e as unidades produtivas serão agrupadas e estudadas de acordo com a participação nas Organizações de Controle Social. Todos os representantes legais e alguns integrantes, escolhidos aleatoriamente, serão visitados e entrevistados, tanto nas unidades de produção como nos pontos de comercialização. Os dados serão agrupados e analisados de forma descritiva, comparando os grupos enquanto Organizações de Controle Social de produção orgânica.

4 CRONOGRAMA

Os dados serão obtidos através de visita in loco, relatórios fotográficos e levantamento de dados qualitativos e quantitativos no período de junho de 2018 a dezembro de 2018.

| ATIVIDADES | 2017 | | | | | | | | | | | | 2018 | | | | | | | | | | | | 2019 | | |
|------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------|---|---|
| | J | F | M | A | M | J | J | A | S | O | N | D | J | F | M | A | M | J | J | A | S | O | N | D | J | F | M |
| Seleção do objeto à ser pesquisado | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pesquisa bibliográfica | | X | X | | X | | | X | | | X | | X | X | | X | X | | | | | | | | | | |
| Revisão bibliográfica | | X | X | | | | | | | | | | X | X | | | | | | | | | | | | | |
| Elaboração do projeto | | | X | | | X | X | | X | X | | | X | X | | | | | | | | | | | | | |
| Envio do projeto ao CEP | | | | | | | | | | | | | | | X | | | | | | | | | | | | |
| Aplicação da pesquisa de campo | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | | | | | | | | | |
| Tabulação dos dados coletados | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | | | | | | | | |
| Apresentação em congressos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | | | | | | |
| Exame de qualificação | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | | |
| Defesa da dissertação | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X |

5 RESULTADOS PRELIMINARES

A metodologia analisou os dados das fichas de solicitação de cadastro das unidades produtivas junto ao MAPA apresentados como estimativas e diversidade de produção das seguintes Organizações de Controle Social (OCS) consolidadas na Região

de Araraquara-SP: Grupo Familiar Orgânico Chico Bento, Orgânicos Bela Vista e Orgânicos Monte Alegre.

Considerando as três foram contabilizados 16 lotes que possuem parcela de produção orgânica, somando 51,4 hectares e com a produção total de 525,33 toneladas de alimento por ano. A produtividade anual esperada atingiu 10,22 ton/ha.

Afim de avaliar a diversidade da produção houve a classificação seguindo orientação das Centrais Estaduais de Abastecimento em 5 classes (CEASA, 2017). Conforme a Tabela 1 apresenta a diversidade da produção foram divididas da seguinte maneira, classe 1: cereais, classe 2: folha, flor e haste, classe 3: fruta, classe 4: fruto (hortaliças que se desenvolve da flor) e classe 5: raiz, bulbo e rizoma. A tabela também apresenta a diversidade encontrada em cada classe.

Tabela 1. Classificação das culturas.

| CLASSE | CULTURA |
|----------------------|--|
| Cereais | Feijão e milho |
| Folha, flor e haste | Acelga, alface, alho-poró, almeirão, assafrão, brócolis, cebola, cebolinha, chicória, coentro, couve, couve-flor, erva cidreira, espeinafre, hortelã, manjeriço, mostarda, pupunha, repolho, rúcula e salsa. |
| Fruta | Abacate, abacaxi, acerola, amora, banana, fruta do conde, goiaba, jaboticaba, jaca, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, melância, pitaia, pitanga, tamarindo e tangerina. |
| Fruto | Abóbora, abobrinha, berinjela, chuchu, jiló, nabo, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, tomate, tomate cereja e vagem |
| Raiz, bulbo e rizoma | Alho, batata-doce, beterraba, cará, cebola, cenoura, gengibre, inhame, mandioca, maxixe, rabanete e taioba |

Fonte: Ceasa

Campinas(<http://www.ceasacampinas.com.br/cotacoes/documentos/cotacao.pdf>)

Na Tabela 2 são apresentados os totais de produção e a diversidade de culturas encontradas nas fichas de solicitação de cadastro das unidades de produção junto ao MAPA.

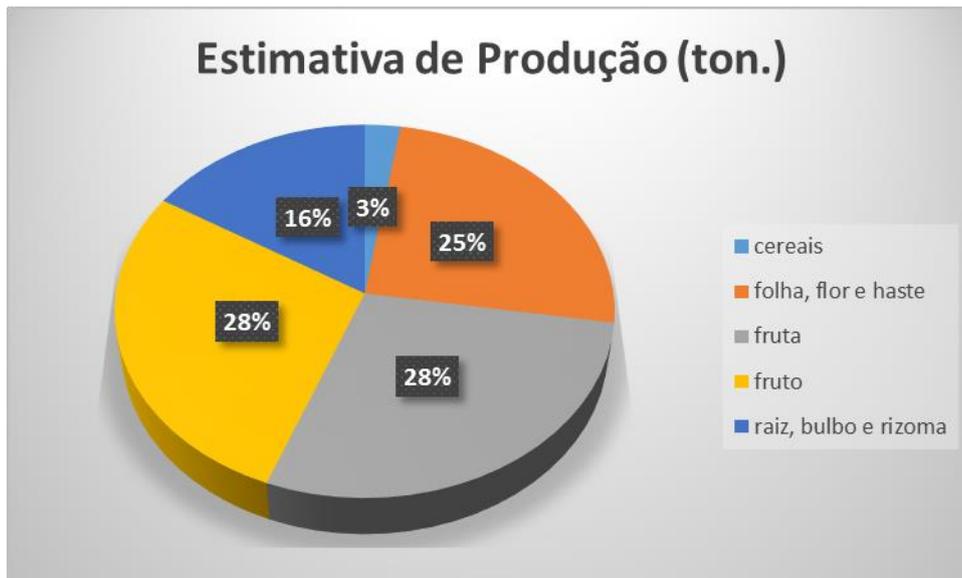
Tabela 2. Totais de produção e diversidade.

| Classe | Cultura | Produção (ton) |
|----------------------|-----------|----------------|
| Cereais | 2 | 13,25 |
| Folha, flor e haste | 20 | 131,18 |
| Fruta | 19 | 148,95 |
| Fruto | 13 | 147,00 |
| Raiz, bulbo e rizoma | 12 | 84,95 |
| Total | 66 | 525,33 |

Fonte: Fichas de solicitação de cadastro das unidades de produção.

De acordo com o Gráfico 1, nota-se que a produção de frutas e frutos (hortaliças que se desenvolvem da flor) contribuem de forma semelhante nas estimativas das OCSs, somando essas duas classes alcançamos 56% da produção (295,95 ton.) e a classe de grãos é a menor contribuição sendo apenas 3% (13,25 ton.) para os sistema orgânico produtivo.

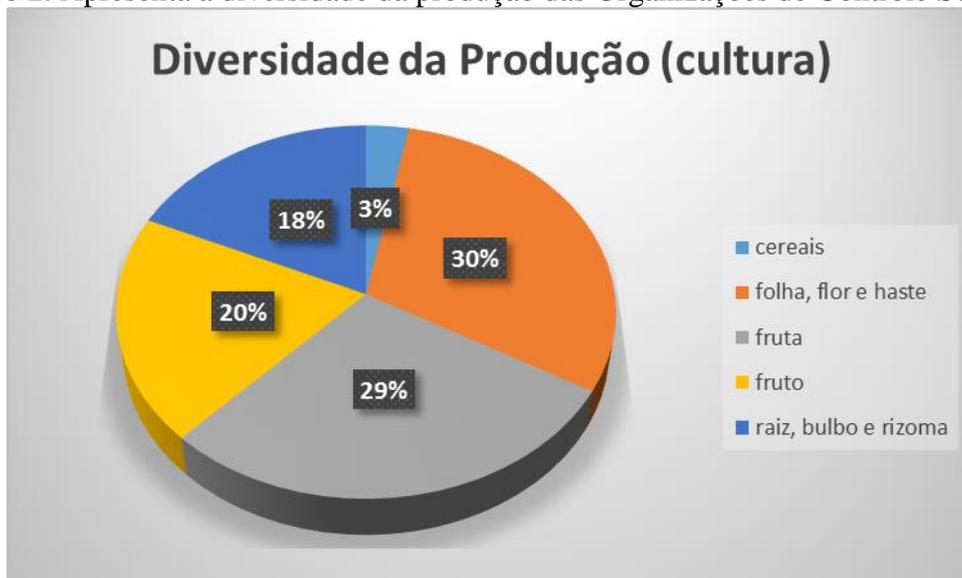
Gráfico 1. Apresenta a estimativa de produção (ton.) das Organizações de Controle Social.



Fonte: Ficha de solicitação de cadastro das unidades de produção junto ao MAPA.

Considerando a diversidade de produção, notamos que as hortaliças de folhas, flor e haste contribuem com o maior número de culturas (20) representando 30% da diversidade de produção das organizações conforme notamos no Gráfico 2.

Gráfico 2. Apresenta a diversidade da produção das Organizações de Controle Social.



Fonte: Ficha de solicitação de cadastro das unidades de produção junto ao MAPA.

Levando em consideração as estimativas e a diversidade de produção podemos pensar que o planejamento da produção está relacionado com a expectativa de rendimentos a curto, médio e longo prazo. A maior diversidade de culturas está concentrada na classe de folhas, flor e haste que são as culturas de menor ciclo gerando renda imediata, aproximadamente 50 a 90 dias, além da baixa necessidade de investimentos e uso da mão de obra disponível na unidade de produção. Já as culturas que menos contribuem para a produção e diversidade da unidade são os cereais, culturas que mais sofrem com a dependência da agricultura convencional, mecanização e altos investimentos.

6 CONCLUSÕES ESPERADAS

Através das complexas interfaces entre a Agroecologia, Sociologia e Economia esperamos encontrar desdobramentos na constituição de alternativas produtivas e de comercialização em um território dominado pelo agronegócio.

A consolidação das OCSs baseada em mecanismos de delação e construção da ética poderá fortalecer as relações de confiança ausentando a necessidade de exames laboratoriais realizado por amostragem afim de conferir credibilidade ao consumidor. E ainda podem fortalecer as perspectivas de uma agricultura diferenciada na transição agroecológica com maior autonomia, eficiência energética e produtiva.

Espera-se com o projeto entender o processo de formação das OCs e os fatores que interferem positiva e/ou negativamente em sua consolidação.

O movimento de entrada e saída dos integrantes nas OCSs provavelmente deve-se mais a fatores de ordem pessoal do que as falhas e pontos fortes das organizações. Por outro lado, as famílias, que se apropriam da legalização/consolidação podem fortalecer as relações familiares.

A comercialização pode ser facilitada pela existência das relações de solidariedade e compartilhamento de práticas agrícolas. E ainda fortalecer as cadeias curtas de comercialização.

As OCSs podem favorecer o desenvolvimento local através do incremento nas estratégias produtivas e comerciais dos negócios do campo (conjunto de feiras, PAA e PNAE), podem garantir a distribuição de renda na unidade familiar e fixação da mão de obra no campo. Além de aliviar os riscos de perder nossa soberania alimentar, categoria vital na defesa dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. S. et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 26, p. 143 -160, 2012.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente: caminhos da agricultura ecológica**, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002

BRASIL. Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, p. 11.459, 12 jul. 1989.

_____. Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, p. 8, 24 dez. 2003.

_____. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Relatório de Balanço 2013-2015. Brasília: MDA, 2016.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P.J.; **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor**. Brasília: Cadernos de ciência e tecnologia. v.18, n.3, p.69-101, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA; SAF; DATERRICA, 2004.

CASADO, G. I. G.; MOLINA, N. M. G.; GUZMÁN, E. S. (Coords.). Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, v. 95, n. 1, p. 213-217, 2001.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 4, p. 5060, 2000

DARNHOFER, I. et al. Conventionalisation of organic farming practices: from structural criteria towards an assessment based on organic principles. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 30, p. 67-81, 2010

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa, 2006.

FIBL – FORSCHUNGSINSTITUT FÜR BIOLOGISCHEN LANDBAU; IFOAM – FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS MOVIMENTOS DA AGRICULTURA ORGÂNICA. **The world of organic agriculture**: statistics & emerging trends 2017. Research Institute of Organic Agriculture FIBL and IFOAM Organics International, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/1qRV84>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

FREITAS, S. L. R.; MENDES, L. A.; GOMES, D. F. C.; QUEIROZ, P. J. B.; RABELO, R. E.; SILVA, L. A. F. Certificação, Resíduos Agropecuários, Produção Orgânica, fitoterapia e Biotecnologia na Concepção de Produtores Rurais do Estado de Goiás. **Revista Ceres**, Viçosa, v. 63, n. 4, p. 444 – 453, 2016.

GLIESSMAN, S. R. (Ed.). Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture. **Ecological Studies**, v. 78, p. 3-10, 1990.

GRAZIANO, NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia**: crítica da moderna agricultura. 2. ed. Brasiliense: São Paulo, 1985.

IFOAM – INTERNATIONAL FOUNDATION FOR ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS. 2016. The Organic Guarantee System of Ifoam. Disponível em: <<https://goo.gl/ViSXko>>. Acesso em: 31 out. 2017.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura** / C. A. Khatounian. Botucatu: Agroecologia, 2001.

MALUF, R. S.; REIS, M. C.; MAGALHÃES, R. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: Rocha, C.; Burlandy, L.; Magalhães, R. (Orgs) **Segurança alimentar e nutricional**: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 15-42.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação. Secretaria de

Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2008. 24 p. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/arquivos/CONTROLE_SOCIAL.pdf> Acesso em: 10 janeiro 2017.

MARQUES, Ana Carolina de Oliveira et al. A contribuição da agricultura familiar na produção agropecuária do Brasil a partir do censo agropecuário do ano de 2006. In: JORNADA DO TRABALHO, 21. “**A Dimensão Espacial da Expropriação Capitalista sobre os Mundos do Trabalho:** cartografando os conflitos, as resistências e as alternativas à sociedade do capital”, São Paulo, 2011.

MARTÍNEZ, S. B. Los Sistemas Participativos de Garantía en el fomento de los mercados locales de productos orgánicos. Polis, **Revista Latinoamericana**, Volumen 12, N° 34, 2013, p. 15-29.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional>>. Acesso em 11 janeiro 2017.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

MUÑOZ, C. M. G.; GÓMEZ, M. G. S.; SOARES, J. P. G.; JUNQUEIRA, A. M. R. Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 54, n 2, p. 361-376, 2016.

NÚCLEO DE ESTUDOS E EXTENSÃO EM AGROECOLOGIA (NEEA). **Pesquisa-ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do estado de São Paulo.** (Relatório Técnico). Araraquara: Universidade de Araraquara, 2017.

OLIVEIRA, R. A. et al. O consumo e comercialização de produtos orgânicos: o caso da associação para o desenvolvimento da agropecuária orgânica. In: Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural. Fortaleza: SOBER, 2006.

PINHEIRO, K. H. Produtos orgânicos e certificação: o estudo desse processo em uma associação de produtores do município de Palmeira - PR. Dissertação (Mestre em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Ponta Grossa. 2012.

WIKIPÉDIA. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Araraquara> (visualizado em 14/07/2017)

ANEXO 1

Questionário de Entrevista nº _____ Data: ___/___/___ Hora: _____

1 - Perfil do Agricultor

Nome: _____

Idade: _____

Local da unidade produtiva: _____

Nome do sítio: _____

Área total (ha): _____ Área de produção orgânica (ha): _____

Forma de entrada no Assentamento: _____

Participa de qual OCS: _____

Tempo na atividade: _____

Composição da família e participação nas atividades: _____

2 - Participa de Associação ou Cooperativa. Qual? _____

3 - Razões por praticar agricultura orgânica: _____

4 - Produção orgânica atual (quantidade):

Hortaliças: _____

Frutas: _____

Legumes: _____

Raízes: _____

Grãos: _____

Outros: _____

5 - Qual a principal fonte de renda? _____

6 - Qual a dificuldade na produção? _____

7 - Sofre com deriva da pulverização aérea de agrotóxicos? _____

8 - Qual a dificuldade na comercialização? _____

9 - Quais são os principais insumos usados na produção? _____

10 - Origem do esterco? ()doação externo, compra externa (...), doação interna (....)

11 - Custo médio do esterco? _____

12 - Custo real e precificação? (....)realiza , não realiza (...)

13 - Contabiliza quantidade de água na produção: ()sim: (...)não.

14 - Participa de PAA (), PNAE (), Feiras (). Quais e qual cidade? _____

15- Outras formas de comercialização: _____

16- Práticas aplicadas na parcela:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Adubação Orgânica | <input type="checkbox"/> Ausência de fogo |
| <input type="checkbox"/> Corredor Ecologico | <input type="checkbox"/> Capina alternada |
| <input type="checkbox"/> Cultura de cobertura | <input type="checkbox"/> Manejo correto da fossa septica |
| <input type="checkbox"/> Plantio direto | <input type="checkbox"/> Uso da composteira |
| <input type="checkbox"/> Rotação com adubação Verde | <input type="checkbox"/> Uso de Caldas biofertilizantes |
| <input type="checkbox"/> Cultivo Consorciado | <input type="checkbox"/> Quebra-ventos ou barreiras naturais |
| <input type="checkbox"/> Área de pousio | <input type="checkbox"/> Caderno de Anotações - Controle |

17 - Possui assistência técnica? Qual? _____

18 – Permite fotografar a parcela de produção de orgânicos? () Sim ou () Não

19 – Permite tirar o ponto para localização geográfica da parcela? () Sim ou () Não

Assinatura do Produtor